

Fim de um ciclo

VAMIREH CHACON

Durante quatrocentos anos a Igreja Católica foi acusada de servir às classes dominantes incrustadas num Estado unido a ela. Até que a Igreja começou a separar-se de fato do Estado, após a mera separação jurídica na proclamação da República. Agora ela completa o seu ciclo, buscando o máximo de independência.

Idêntica rotação ela efetua noutros países, só que é bom, para certos setores, que a Igreja se oponha ao Partido Comunista principalmente quando ele se encontra no poder, mas não que se oponha também aos anticomunistas nos demais. Em nome disto foi invadida a igreja onde Dom Romero celebrava missa e assassinado o arcebispo de El Salvador em pleno altar.

Agora os guerrilheiros salvadorenhos estão reconhecidos diplomaticamente pelo México e França, e deles vão receber ajuda financeira e armada, e não só da Nicarágua e Cuba a serviço da União Soviética, segundo seus adversários. O problema, de hoje em diante, é dos repressores dos guerrilheiros, não da Igreja, que se antecipou.

E, na Nicarágua, a Igreja, protestando também contra os novos abusos do extremo oposto, não está sofrendo a perseguição violenta e sistemática dos países vizinhos. Para os quais chegará igualmente sua hora, mas não dela, que é eterna.

Portanto, a Igreja não pode estar preocupada com o futuro do Estado militar-tecnocrático. Ela viu tantos Estados aparecerem e desaparecerem, que não faz diferença mais um, nem menos um.

E ela tem seus próprios

canais de informação para avaliar suas dificuldades e possibilidades nos países onde o Partido Comunista se encontra no poder. Dispensa os sustos dos que pretendem superprotegê-la. Chega a ser ridículo recorrer a isto com um Papa que viveu mais de trinta anos sob regime stalinista e neostalinista. A Igreja não passa procuração para a defesa dos seus interesses.

Outrora, o Estado foi às vezes tutelado por ela, hoje ela prefere a sociedade civil. Declara-se inspirada por Deus e só pode ser dogmática, já o entendera Tobias Barreto há mais de cem anos.

Portanto, ou concorda-se com a CNBB, que representa a Igreja no Brasil porque está em comunhão com Roma, ou fica-se simplesmente contra Igreja-CNBB. Por que dilemas de consciência? Ou uma coisa, ou outra.

Daí a CNBB falar em nome da Igreja e não sofrer nenhuma repreensão do Vaticano, quando escreve, no seu último documento: "A Igreja não é intérprete de aspirações partidárias nem mediadora de facções políticas. Isto não significa, porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretensão apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja". "A Igreja não aceita pois a opinião dos que pretendem reduzir sua missão à formulação de princípios atemporais." "A Igreja participa assim ativamente do atual momento brasileiro, como uma das instâncias não-partidárias que defendem os requisitos éticos da nação brasileira..."

Neste quadro, a Igreja insere sua preocupação pelo desenvolvimento social, "ao mesmo tempo um imperativo ético e um impera-

tivo político". "O que está no fundo da presente conjuntura política, como de toda a nossa geração, é a espera das massas pobres do nosso país."

Desde o Concílio Vaticano II que o catolicismo brasileiro deixou de ser sociologicamente de classe média, donde inclusive saíam cada vez menos vocações religiosas. A Igreja volta-se para suas raízes populares, pouco tocadas pelo consumismo e pelo sexualismo. Lá insiste de novo em procurar suas raízes e sua força.

E também desde a encíclica "Pacem in Terris", que a Igreja se preocupa com as instituições intermediárias, que Tocqueville viu há mais de cem anos na base da democracia, repercutindo no documento da CNBB: "É preciso ainda criar condições para que o povo se organize, seja pelo acesso à representação político-partidária, seja na expressão direta de seus anseios, pela criação de organismos comunitários, como associações de bairros, ou pelo recurso a formas plebicitárias de manifestação da vontade do povo. Só assim ele será capaz de dar respaldo aos que eleger e exigir deles o cumprimento dos compromissos assumidos". "As radicalizações se exacerbam pela presunção da perversidade que bloqueia o diálogo."

E por aí afora continua o documento.

É tão fácil a decisão perante ele: fica-se a favor ou contra. E tiram-se as consequências da opção, desde o que se fez a Dom Romero, pela ultradireita, ou até a tentativa de criação à força de igrejas nacionais serviais do regime ultrasquerdistas na China.

Nenhum destes extremos sequer preocupa, quanto mais intimida a Igreja. Ela já passou muitas vezes por muito pior.